



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE LIC. PLENA EM HISTÓRIA**

WILTON MEIRELES DA CUNHA

**A(S) BANDEIRA(S) DO(S) BRASIL(IS):
Uma imagem que representa uma nação.**

**GUARABIRA
2017**

WILTON MEIRELES DA CUNHA

**A(S) BANDEIRA(S) DO(S) BRASIL(IS):
Uma imagem que representa uma nação.**

Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Área de concentração: História, Memória e Cotidiano.

Orientador: Prof. Me. Naiara Ferraz Bandeira Alves

**GUARABIRA
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C972b Cunha, Wilton Meireles da.
A(s) bandeira(s) do(s) Brasil(is) [manuscrito] : uma imagem que representa a nação / Wilton Meireles da Cunha. - 2017.
26 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação : Profa. Ma. Naiara Ferraz Bandeira Alves, Coordenação do Curso de História - CH."

1. Bandeira. 2. Iconografia. 3. Nacionalidade.

21. ed. CDD 981

WILTON MEIRELES DA CUNHA

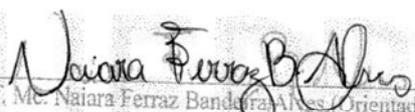
A(S) BANDEIRA(S) DO(S) BRASIL (IS): UMA IMAGEM QUE REPRESENTA A
NAÇÃO.

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura
em História da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de Licenciado em História.

Área de concentração: História, Memória e
Cotidiano.

Aprovada em: 12/12/2017.

BANCA EXAMINADORA


Prof. M^c. Nairara Ferraz Bandeira Alves (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Elisa Mariano de Medeiros Nóbrega
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Simone da Silva Costa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À minha mãe, pela dedicação, companheirismo,
paciência e amor, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À Naiara Ferraz Bandeira Alves, coordenadora do curso de Licenciatura Plena em História, por seu empenho e dedicação.

À mesma, enquanto professora, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

À minha mãe Inês Meireles da Cunha, que aguardou ansiosa e pacientemente por este trabalho, por essa conquista.

À minha avó Cleonice Correia de Meireles, matriarca, que mesmo com suas limitações, sempre foi meu exemplo em vários aspectos.

Aos professores do Curso de Licenciatura em História da UEPB – Campus III, em especial, Carlos Adriano, Elisa Mariana, Susel Oliveira, Flávio Ribeiro, Simone da Silva que contribuíram ao longo de minha formação acadêmica, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos colegas de classe, em especial ao amigo/irmão Fernando Domingos de Aguiar Junior, a quem serei eternamente grato pelos momentos de amizade e apoio.

A História produzida hoje é, claramente, menos esquemática e ideologizada e é, ao mesmo tempo, escrita em linguagem mais acessível, mais ousada e menos presa a convencionalismos ditos científicos.

(PAIVA, 2002, p. 11)

A(S) BANDEIRA(S) DO(S) BRASIL(IS): Uma imagem que representa a nação.

Wilton Meireles da Cunha*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo, traçar um panorama de análise do processo evolutivo de construção de um signo representativo da nacionalidade brasileira: A Bandeira do Brasil. Bandeira esta, cujas mudanças e permanências foram acompanhando o desenrolar da história do país. Nascida enquanto reino, elevada junto com o país à categoria de Império, e acompanhando a nação quando da proclamação da independência, a bandeira teve continuidades e alterações que caracterizam cada um dos períodos históricos pelo qual este símbolo do poder passou. Nessa perspectiva, são abordadas algumas das leis que asseguram desde a criação até suas alterações, sem que isto afete em momento algum a sua resignificação, enquanto símbolo de uma nova fase do Brasil.

Palavras-Chave: Bandeira. Iconografia. Nacionalidade.

* Aluno de Graduação em Licenciatura Plena em História na Universidade Estadual da Paraíba – Campus III.
Email: wilton.cunha@live.com.pt

ABSTRACT

The present work aims, trace an overview analysis of the evolutionary process of building a representative sign of Brazilian nationality: the flag of Brazil. This flag, whose changes and stays were following the course of the history of the country. Born as Kingdom, along with the high country to the category of Empire, and following the nation when the proclamation of independence, the flag had continuities and changes that characterize each of the historical periods by which this symbol of power spent. In this respect, are addressed some of the laws that ensure from creation through your changes, without this affecting in no time to your resignification, while symbol of a new phase of Brazil.

Keywords: Flag. Iconography. Nationality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
DESENVOLVIMENTO.....	08
CONCLUSÃO	20
REFERÊNCIAS	21

INTRODUÇÃO

O Brasil, assim como todos os outros países do nosso planeta, traz entre seus símbolos representativos a tradicional Bandeira. E cada bandeira se torna única não apenas pelo desenho que exibem, pelo que traz escrito ou pelo formato em que foi confeccionada, mas se torna única pelo contexto histórico que cerca o surgimento de cada um destes símbolos.

Então, servindo como objeto de pesquisa deste trabalho, a Bandeira brasileira tem aqui exposto, não apenas o seu desenho, mas a sua trajetória, desde os primeiros esboços, chegando até nossa atual bandeira de República Federativa. Foram realizadas diversas leituras e pesquisas com o intuito de levantar as principais informações sobre este signo nacional, para então se traçar uma trajetória de seu processo evolutivo, abordando suas permanências e continuidades ao longo da história brasileira.

Nessa perspectiva, várias fontes históricas nortearam este processo de fazer a história, especialmente abordando a iconografia, tendo em vista se tratar da análise de várias imagens que se convertem em apenas uma, que é a bandeira brasileira. Analisamos textos, escritos, leis, decretos, e principalmente as imagens que compõem este símbolo nacional.

Sendo assim, nosso texto traz alguns dos aspectos que deram origem ao processo de construção deste símbolo, narrando os principais fatos de sua trajetória desde que a mesma surgiu no Reino, passando pelo Brasil Império e chegando até o Brasil República.

DESENVOLVIMENTO

A[s] Bandeira[s] do[s] Brasil[is]: uma imagem que representa a nação.

Wilton Meireles da Cunha

Iniciar uma análise histórica acerca de determinado tema, nem sempre é fácil. Este trabalho, por exemplo, só foi possível de ser realizado após várias etapas. Primeiro a escolha do corpus, ou seja, da temática que seria trabalhada nesta produção acadêmica e, conseqüentemente, do que analisar. Segundo, identificar, já em início de pesquisa, a importância do objeto temático escolhido para ser trabalhado. Depois, identificar e escolher quais aspectos abordar, e a partir disto, começar a executar o trabalho propriamente dito. Contudo, é importante destacar que não temos neste trabalho a pretensão de esgotar as possíveis análises a respeito da questão, antes disso, queremos compartilhar reflexões.

Nos últimos anos, o campo do conhecimento histórico e, conseqüentemente, a historiografia, envolveu em si novas nuances, novas perspectivas e espaços a serem trabalhados, que em muito colaboraram para uma melhor compreensão do fazer historiográfico. Sendo assim, nos abriu margens para que novos objetos históricos fossem estudados, como é o caso desta produção, que dentro do campo da historiografia se propõe a analisar como se deu parte o processo de concepção e adoção das bandeiras brasileiras ao longo dos períodos históricos aos quais o Brasil fora exposto.

Nessa perspectiva, PAIVA acredita que: A História produzida hoje é, claramente, menos esquemática e ideologizada e é, ao mesmo tempo, escrita em linguagem mais acessível, mais ousada e menos presa a convencionalismos ditos científicos. (PAIVA, 2002, p. 11).

Observando estas palavras, podemos perceber que isso nos permite ter uma maior variedade de objetos de estudo que possamos problematizar dentro do campo historiográfico, entendendo que o ato de produzir a História ganhou novas opções de fontes, principalmente se comparada a produção historiográfica de séculos atrás, onde apenas os documentos oficiais serviam como fonte para se fazer a História. Com o advento dessas novas fontes, como textos, músicas, imagens, registros, objetos, tudo isso, e muito mais, que se fazem presentes agora na composição de novos trabalhos historiográficos, se tornou muito mais amplo o campo de pesquisa onde os historiadores podem atuar.

É através da História Cultural que se rompe com a perspectiva positivista, especificamente acerca das fontes e dos documentos históricos, considerando que hoje nos é possível ir além de uma reprodução das narrativas apresentadas nos documentos oficiais, antes com voz soberana, agora compete aos historiadores e historiadoras análises críticas dessas fontes, ao mesmo passo que também considera, outras perspectivas e narrativas. Desse modo, é preciso considerar e identificar os processos de construções das representações históricas e sociais (CHARTIER, 1990).

Nesta perspectiva, Walter Benjamin (2012), nos aponta a “tarefa” de escovar “a história a contrapelo”, sugerindo uma nova investida, a fim de atentar para o que não estaria dito. Desse modo, consideramos a existência de uma ‘nova’ forma de interrogar não apenas a ‘realidade’ e as fontes. É importante atentar para as peculiaridades de cada processo nos mais diversos lugares, onde cada grupo e sociedade, em determinado tempo, podem interpretar e ler uma realidade ao seu modo (BURKE, 2008).

Seguindo neste campo mais amplo da produção historiográfica, optei por adentrar no mundo da Iconografia, entendendo-a como:

[...] um termo que significa a imagem registrada e a representação por meio da imagem. A origem do termo é grega. Ela deriva da palavra *eikón*, que significa imagem. Daí *eikonographia*, que se transformou em *iconographia* no latim, transformando-se em iconografia em português (PAIVA, 2002, p. 14).

Visando conhecer e descrever melhor as mais variadas imagens possíveis, levamos em consideração que as imagens estão presentes constantemente em nosso dia a dia, apresentando-se de inúmeras formas e sempre disponíveis, além, é claro, da simplicidade que muitas trazem, o que lhes permite, as vezes, passarem despercebidas

Para Ankersmit (2012), a representação costuma basear-se inicialmente num único aspecto do sujeito, do objeto ou de um acontecimento. Sendo assim, não teria a capacidade de abarcar toda uma totalidade do que pretende fazer referência. Contudo, temos a prática recorrente de percebermos a representação como se ela significasse ou nos apresentasse um todo, de algo ou de alguém.

Uma última observação sobre este assunto. Em relação à história, tendemos a padecer de uma equívoca confiança em sua concretude. Ao pensar em objetos no passado e seus aspectos, somos inclinados a restringir o alcance desses objetos no passado e seus aspectos para as pessoas, as batalhas, as cidades, pinturas, mobília e assim por diante. Mas sabemos que os historiadores escrevem sobre um monte de outras e mais abstratas, coisas

‘sem rosto’, como a industrialização, o conflito social, o crescimento econômico ou a cultura literária. E o que deveria ser considerado, respectivamente, objetos e seus aspectos, em tais casos? Cada objeto não se tornaria um aspecto, em seguida se olhássemos com suficiente atenção e/ou vice-versa? Mas, então, o que são os objetos e os aspectos uns sem os outros? Não seria o caso de que estaríamos impingindo à história uma distinção (entre objetos e seus aspectos) sem contrapartida no próprio passado? Estou pronto para conceder que este raciocínio esteja correto. (ANKERSMIT, 2012 p.193).

Num primeiro momento se faz necessário explicar que o presente artigo objetiva construir uma análise acerca de algumas imagens. Imagens que não foram escolhidas aleatoriamente. Optamos por abordar imagens que tragam, em si, contextos complexos associados a realidades distintas, imagens que possam servir para exemplificar e/ou definirem uma nação, ou um povo, nesse caso o povo brasileiro, arraigado de suas histórias e historicidades. Imagens que façam parte da vida das pessoas, que permitam diferenciar um entre vários, concedendo-lhes exclusividade. Sendo assim, trato neste de um elemento representativo/figurativo da chamada história cultural, levando em consideração que é nesse campo de conhecimento histórico que se concentra a capacidade de analisar e/ou entender as diferenças sociais, os conflitos e debates acerca do desenvolvimento cultural das sociedades, que é “A Bandeira brasileira”.

Vale ressaltar que recorro ao termo História Cultural partindo do pressuposto de que “a história cultural procura responder sobre como, quando e quem exerceu as atividades relativas à construção da ordem simbólica” (OLIVEIRA, 1997, p. 185), subentendendo-se que a bandeira pode ser, e efetivamente o é, um elemento figurativo construtor da ordem simbólica de um país, nação, estado, cidade, ou até mesmo de um movimento.

Tomando por base a bandeira brasileira, por entender que esta seja uma das principais representações visuais de poder e unidade nacional, que representa culturalmente um povo ou uma nação enquanto símbolo, proponho aqui uma análise para entendimento da construção de uma imagem que nos simboliza, e do surgimento de um sentimento nacionalista de pertencimento advindo de uma familiaridade com uma imagem.

A partir do momento que se reúnem pessoas vindas de diversas localidades, de divergentes etnias, religiões, costumes, entre outros, precisa-se instituir regras necessárias para reger o comportamento destes. Precisa-se ter um órgão responsável por representar esse povo, surge então a figura do Estado. “O Estado precisa homogeneizar e padronizar seus habitantes” (Ibid, p. 186). Este conjunto de regras padronizantes resulta de costumes, tradições e convenções de determinada época ou cultura. À estas regras, damos o nome de

Leis. Sendo assim, as Constituições Brasileiras passam a ter espaços específicos destinados a regularização daquilo que irá servir como representatividade da identidade nacional. Logo, a Bandeira Nacional também disporá de critérios que terão de ser rigorosamente seguidos e obedecidos, visto que a mesma é parte “deste processo de construção de uma memória nacional capaz de organizar e disciplinar os indivíduos” (Ibid, p.186)

Mas, afinal, o que é uma Bandeira?

A BANDEIRA – segundo o Dicionário Aurélio – é uma palavra que deriva do gótico *bandwa*, “sinal, estandarte” + “eira”. O verbete fica então definido como: “Pedaço de pano, com uma ou mais cores, às vezes com legendas, que se asteiam num pau, e é distintivo de uma nação, corporação, partido, etc.”

É neste “pedaço de pano”, geralmente, mas não exclusivamente, retangular, que se encontram cores, desenhos, formas, frases que caracterizam seus respectivos povos e que também servem para simbolizar ou determinar certos atos. Como exemplos disto, temos as bandeiras brancas, que geralmente são utilizadas para expressar a “Paz”, ou ainda para representar rendição frente a um inimigo; as bandeiras quadriculadas em preto e branco, que são comumente utilizadas em competições para definir o fim, bem como definir os ganhadores das mesmas; entre outros exemplos existentes. E tudo isto não é privilégio das sociedades modernas. As bandeiras são usadas desde os mais remotos tempos e das mais diferentes finalidades possíveis. Com a nação brasileira não foi/é diferente.

Em primeiro caso, tomemos a Bandeira do Reino do Brasil. Criada no dia 18 de setembro de 1822, pelo pintor francês Jean-Baptiste Debret, a bandeira do Reino do Brasil consta por dois momentos: o 1º, quando de sua criação, em 18 de setembro de 1822; e o 2º, quando de sua alteração/modificação em 1º de dezembro daquele mesmo ano.

Quando criada, a bandeira nacional deveria ser concebida, e assim o foi, conforme decreto rubricado pelo próprio D. Pedro, que dizia: “A bandeira Nacional será composta de um paralelogramo verde e nele inscrito um quadrilátero romboidal cor de ouro, ficando no centro deste o escudo das armas do Brasil.”

É necessário lembrar que o escudo de armas do Brasil foi elaborado de forma a exaltar sempre a metrópole, trazendo em si diversos elementos lusitanos, como a esfera armilar, utilizada nos estandartes pessoais dos príncipes do Brasil desde o século XVII, a cruz da Ordem de Cristo, utilizado também em antigas bandeiras, esses dois elementos estavam centrados em uma orla azul, circundada por dezenove estrelas. Na verdade, a combinação da

esfera armilar com a cruz da Ordem de Cristo já vinha sendo utilizada há bastante tempo no reino do Brasil. Abaixo vemos o Escudo de Armas do Brasil.



Figura 1: Disponível em: <
https://pt.wikipedia.org/wiki/Bras%C3%A3o_de_armas_do_Brasil
> (acesso em 30/03/2015, às 10:52h).

Sendo assim, atendendo ao que fora pedido por D. Pedro, Debret concebeu a Bandeira do Reino do Brasil em 18 de setembro de 1822 com o escudo de armas do Brasil figurando ao centro de um quadrilátero romboidal cor de ouro, que por sua vez centrava um paralelogramo verde, como é possível observarmos na imagem abaixo apresentada.



Figura 2: Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Flag_Regent_Prince_of_Brazil.svg>
Acesso em 15/04/2014, às 10:15.

A imagem acima apresentada refere-se ao primeiro período do Reino do Brasil, quando da concepção de Jean-Baptiste Debret a pedido do próprio D. Pedro, e que vigorou de 18 de setembro de 1822 à 1 de dezembro daquele mesmo ano, quando a bandeira nacional passara por uma pequena, porém importante modificação.

Continuamos com o paralelogramo verde, com o quadrilátero romboidal cor de ouro ao centro, e o escudo de armas ao centro, porém, onde outrora observava-se a Coroa Real Diamantina, agora passou a exibir-se a Coroa Imperial, remetendo claramente ao novo momento pelo qual a nação passava, pois agora a mesma já se encontrava com sua Independência proclamada. Diante desse contexto, podemos ver abaixo como se apresentou a nova bandeira, agora do Império do Brasil, após 1 de Dezembro de 2822.



Figura 3 Disponível em: <<https://diogolleite.wordpress.com/simbolos-nacionais/>> Acesso em: 27/04/2015, às 11:16.

Ao observarmos as duas imagens se torna perceptível identificar as mudanças e também as permanências. O retângulo verde, sobreposto do losango amarelo permaneceram,

bem como também constam ainda o escudo de armas do Brasil. Porém, diante do novo contexto pelo qual o Brasil passava naquele momento, fora substituída a coroa que figurava ao topo do escudo de armas. Onde antes constava uma coroa de reino, agora passa a se observar uma coroa imperial, fazendo grande alusão ao Império do Brasil.

Mas o que levou D. Pedro a escolher o verde e o amarelo como cores principais da Bandeira Nacional?

Observando tudo isto, somos capazes de perceber que a bandeira fora sim esboçada por Jean-Baptiste Debret, mas a escolha das cores que a comporiam ficara a cargo do próprio D. Pedro I, respeitando e/ou atendendo as suas vontades, e que resolveu definir como as cores imperiais do Brasil a associação do verde com o amarelo, tornando-as praticamente onipresentes em todo o império.

Levando em consideração o fato de que D. Pedro I fora descendente da dinastia dos Bragança, em um primeiro momento “A escolha dessas cores parece ser uma ruptura com a continuidade dinástica. As cores da dinastia de Bragança são o azul e o branco.” (RIBEIRO, 1995, p.87) diferente do verde e do amarelo escolhidos por D. Pedro I. Logo, permanece uma dúvida sobre a origem das cores verde e amarelo.

Porém, se faz necessário lembrar o fato de que Debret teve sua formação intelectual influenciada pelo imperador Napoleão I, cuja cor favorita era o verde. E se desejarmos construir uma ligação destas cores com a dinastia de Bragança, isso se torna possível no caso do verde, entendendo esta cor como um elemento de continuidade da dinastia no continente americano.

Nesse sentido, é possível avançar a hipótese segundo a qual as cores brasileiras não remetem diretamente às cores dinásticas, que são o branco e o azul, mas indiretamente, através de seu animal heráldico, o dragão, frequentemente colorido de verde. Uma vez mais as cores imperiais encarnavam a continuidade dinástica (RIBEIRO 1995, p. 88)

O trecho supracitado demonstra a ideia de construir relações entre a dinastia de Bragança e o Império do Brasil. A escolha das cores que comporiam a bandeira imperial traz em si, uma ligação direta com a origem de seu representante. Mais recentemente impera o discurso de que o verde fora escolhido por ser a cor que melhor representava a riqueza de nossas matas, e que o amarelo seria uma representação da grande quantidade de ouro aqui encontrado, o que faria uma alusão as riquezas naturais, as matas, e minerais, o ouro, existentes no Brasil, o que faz sentido “se pensarmos que, desde o século XVI, os portugueses impressionaram-se com a densidade das florestas brasileiras – onde buscavam o ouro” (Ibid, p. 88).

Pois bem, observando o que fora encontrado e com base nas informações obtidas ao longo da pesquisa, se fez possível perceber que a escolha do verde realmente simbolizava uma alusão à Casa de Bragança, de onde D. Pedro I procedera, antes mesmo de se tornar rei, enquanto que o amarelo seria uma alusão à Casa de Lorena, usada pela Família Imperial da Áustria, e essas duas cores foram escolhidas por lembrarem diretamente as cores também utilizadas pelo reino de Portugal.

Bem antes disso, o verde fora escolhido pela casa real portuguesa pra representar a esperança e a liberdade nos momentos das grandes conquistas e das lutas libertárias, quando os combatentes muniam-se de uma bandeira de campo branco com um dragão verde figurando ao centro. O amarelo foi introduzido na cultura portuguesa após a conquista dos Reinos de Algarve, representando o ouro dos castelos e das fortalezas tomadas aos mouros, e recordando ao Reino de Castela.

Determinada as cores que se fariam presentes na bandeira do Brasil, restava agora estabelecer e determinar seu desenho. Tal desenho ficou a cargo do pintor francês Jean Baptiste Debret. Sobre estes campos verde e amarelo, figurava o escudo das armas do Brasil recém-independente. E tal escudo, tinha como finalidade, representar aquilo que fazia parte dos vários aspectos culturais do Brasil, cujo em decreto D. Pedro I determinava:

Será, d'ora em diante, o escudo d'armas deste Reino do Brasil em campo verde uma esfera armilar de ouro atravessada por uma cruz da Ordem de Cristo, sendo circulada a mesma esfera de 19 estrelas de prata em uma orla azul; e firmada a coroa real diamantina sobre o escudo, cujos lados serão abraçados por dois ramos de plantas de café e tabaco como emblemas de sua riqueza comercial, representados na sua própria cor, e ligados na parte inferior pelo laço da nação. (DECRETO Nº 4, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1889)

Nessa tentativa de representar os aspectos brasileiros, a bandeira passa por uma modificação, quando se substitui a Coroa Real, que figurava acima do escudo, por uma Coroa Imperial, que melhor representava o momento pelo qual o Brasil passava. A bandeira ficara agora, bastante parecida com a anterior, havendo apenas a mudança de uma coroa real, pela coroa imperial.



Figura 4: (Disponível em:

http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http%3A%2F%2Fwww.monarquia.org.br%2Fimagens%2Fbandeira%2Fhistoricas%2Fbrasilimp1822-1889.jpg&imgrefurl=http%3A%2F%2Fwww.monarquia.org.br%2F%2Fobrasilimperial%2Fbandeirashistoricas.html&h=305&w=421&tbnid=0M3yq9O-KGnYsM%3A&zoom=1&docid=_GsmiTL9LJ3FgM&ei=C7RMU4maM4by0gHOkYBg&tbm=isch&ved=0CGAQMvgAMAA&iact=rc&uact=3&dur=4884&page=1&start=0&ndsp=10/ acesso em 15/04/2015, às 10:22h.)

Mas, as transformações no signo brasileiro, por aí não se encerraram. Assim, transcorridos os 19 dias do mês de novembro de ano de 1889, a Bandeira Nacional é novamente modificada pelo decreto de N° 4, de 19 de Novembro de 1889, solicitando que fosse retirado o escudo de armas do Brasil que até então figurava ao centro do quadrilátero romboidal cor de ouro, para que, neste mesmo lugar, passasse a figurar uma esfera azul celeste, com estrelas dispostas neste território, onde também passou a existir uma faixa com o dizer “ORDEM E PROGRESSO”, como podemos observar no trecho abaixo, que diz::

O Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que as côres da nossa antiga bandeira recordam as luctas e as victorias gloriosas do exercito e da armada na defesa da patria;

Considerando, pois, que essas côres, independentemente da fôrma de governo, symbolizam a perpetuidade e integridade da patria entre as outras nações;

DECRETA:

Art. 1º A bandeira adoptada pela Republica mantem a tradição das antigas côres nacionaes - verde e amarella - do seguinte modo: um losango amarello em campo verde, tendo no meio a esphera celeste azul, atravessada por uma zona branca, em sentido obliquo e descendente da esquerda para a direita, com a legenda - Ordem e Progresso - e ponteadada por vinte e uma estrellas, entre as quaes as da constellação do Cruzeiro, dispostas da sua situação astronomica, quanto á distancia e o tamanho relativos, representando os vinte Estados da Republica e o Municipio Neutro;

Então, onde antes figurava o Escudo das Armas do Brasil, a partir de então seria um espaço ocupado pelo Emblema Republicano, que se representa por uma esfera azul celeste, atravessada por uma faixa branca onde está inscrito “ORDEM E PROGRESSO” – fazendo uma alusão ao novo regime em que o Brasil se encontrava: O Regime Republicano – e salteada por diversas estrelas – que no primeiro projeto eram vinte e uma, visto a existência de 21 ‘estados’ nacionais.



FIGURA 5: (Disponível em: http://pt.wikisource.org/wiki/Ficheiro:Flag_of_Brazil_%281889-1960%29.svg / acesso em 15/04/2014, às 10:41h)

As estrelas foram escolhidas por melhor representar os movimentos libertários e as principais revoluções acontecidas em nosso país. Também pelo fato de serem abertamente aclamadas no Hino Nacional, com referências ao Sol da Liberdade, à imagem do Cruzeiro e ao Lábaro estrelado. É aspecto também importante de ser lembrado, o fato de que a posição em que cada uma dessas estrelas, que se encontram dispostas na esfera azul celeste centrada no losango amarelo da bandeira nacional, obedecem a uma minuciosa observação e posicionamento, também decretado e assegurado por lei, conforme disposto no Art. 3º, parágrafo 1, da LEI N° 8.421, de 11 de Maio de 1992, onde consta:

§ 1º As constelações que figuram na Bandeira Nacional correspondem ao aspecto do céu, na cidade do Rio de Janeiro, às 8 horas e 30 minutos do dia 15 de novembro de 1889 (doze horas siderais) e devem ser consideradas como vistas por um observador situado fora da esfera celeste.

Abaixo, podemos ver como se dá essa disposição das estrelas de acordo com a observação da constelação feita no dia citado na lei de sua criação.

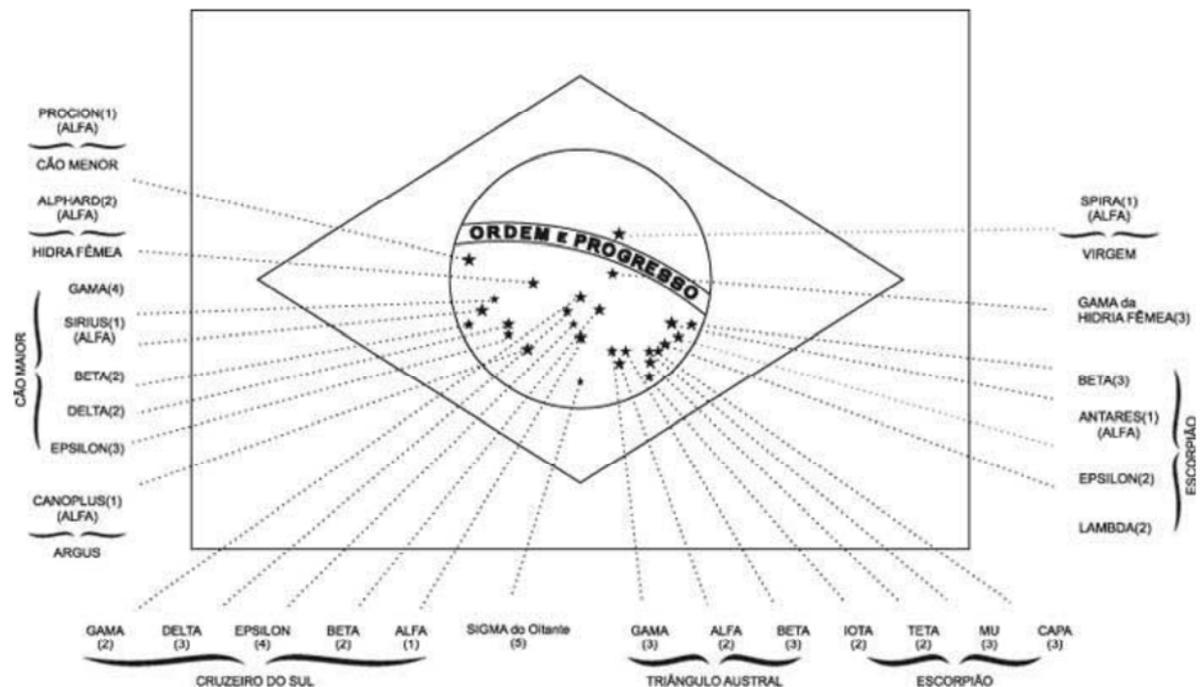


Figura 6: (Disponível em: <<https://www.bandeira1.com.br/custom.asp?IDIoja=2028&arq=leis/leis1.htm>> Acesso em 30/03/2016, às 11:18h)

Nessa imagem, podemos perceber que nenhum dos elementos que aparecem representados na bandeira brasileira, estão ali dispostos em uma ordem aleatória ou sem justificativa. Cada item apresentado segue uma recomendação, por vezes constantes em decretos e leis, mas que têm sua justificativa de ali estar constando.

As estrelas que figuram no campo azul celeste, por exemplo, como pudemos observar remetem à uma observação específica do céu, e estas não podem ser simplesmente “distribuídas” na esfera azul, pois resulta de uma constatação científica, explicitada na Lei 8.421/92.

Quando se fala em bandeira nacional, toda a sua construção bem como sua confecção se amparam em Leis e Decretos, sendo a principal delas, a nossa Magna Carta, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que trata como [...] símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais (p.11).

Além da Constituição Federal, existem ainda vários artigos, decretos, leis, parágrafos e afins que se dedicam a regulamentação deste ícone brasileiro, que vão desde a criação dos primeiros modelos, até a colocação e posicionamento das estrelas, obrigatoriedades e até o grau de inclinação em que se devem encontrar a faixa branca que traz a inscrição “ORDEM E PROGRESSO”.

Diante de tantos fatos, fica fácil compreender porque a bandeira é um símbolo representativo de uma nação, pois em sua simplicidade, sem deixar de lado sua totalidade, trazem aspectos marcantes, registram momentos vividos e simbolizam a vida de um povo.

CONCLUSÃO

Em se tratando de um símbolo Nacional, a Bandeira brasileira traz em suas entrelinhas, uma narrativa que passa por diversos períodos históricos importantes para o nosso país. Fato é que estes períodos influenciaram fortemente na construção do nosso símbolo, e assim contribuem para um melhor entendimento dos elementos que o compõem, tornando-se totalmente perceptível a contribuição historiográfica para a iconografia.

Mesmo sendo apenas uma, a bandeira brasileira na verdade se divide em várias outras, sendo sempre coerente ao contexto histórico pelo qual o país passava, e sendo modificada quando se tornava necessário. Neste artigo, levantamos os fatos acerca deste símbolo nacional e abordamos a história como personagem principal desta construção que transita por três períodos diferentes, Reino, Império e República, para que fosse possível entender tudo que há por trás deste signo representativo cultural.

Somamos a isso o esforço de D. Pedro em trazer a este, na época, reino, um elemento que o tornasse único onde fosse visto, e aos traços iniciais de Jean-Baptiste Debret, a quem coube a árdua tarefa de esboçar e construir a bandeira do Brasil, conseguindo combinar cores, desenhos, formatos, e tudo mais que é possível encontrarmos na bandeira brasileira.

REFERÊNCIAS

- ANKERSMIT**, Frankiln Rudolf. A escrita da história: a natureza da representação histórica. Londrina, PR: Eduel, 2012.
- BENJAMIN**, Walter. Obras escolhidas. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.
- BURKE**, Peter. O que é História Cultural? Trad. Sérgio Góes de Paula. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.
- CARVALHO**, José Ribeiro de. As proclamações da República. IN A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARDOSO**, Ciro Flamarion e **VAINFAS**, Ronaldo. DOMÍNIOS DA HISTÓRIA: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus 1997.
- CHARTIER**, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.
- OLIVEIRA**, Pêrsio Santos de. Introdução à Sociologia. Ática, 1997.
- PAIVA**, Eduardo França. Renovação na historiografia e na sala de aula. IN História e Imagens. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- PAIVA**, Eduardo França. A iconografia na História – indagações preliminares. IN História e Imagens. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- RIBEIRO**, Clóvis. Braços e Bandeiras do Brasil. São Paulo: São Paulo Editora Ltda, 1933. Disponível em http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4868406/4143417/brazoes_parte_1.pdf Acesso em 28/04/2015, às 21:39h.
- RIBEIRO**, Maria Eurydice de Barros. Os símbolos do poder: cerimônias e imagens do estado monárquico no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.
- SCHWARCZ**, Lilia Moritz. As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

DOCUMENTOS & OUTRAS FONTES

Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

DECRETO Nº 4, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1889. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1889/D0004.htm Acesso em: 02/04/2015, às 02:23h.

LEI No 5.700, DE 1º DE SETEMBRO DE 1971. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5700.htm Acesso em 03/05/2015, as 22:18h.

LEI DOS SÍMBOLOS NACIONAIS - Lei 8421/92 | Lei nº 8.421, de 11 de maio de 1992.

Disponível em <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/127809/lei-dos-simbolos-nacionais-lei-8421-92> Acesso em 05/05/2015, às 21:56h.